

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº001/18/TP-DS

PREÂMBULO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, conserto e manutenção de logradouros e dos prédios públicos na Sede e Distritos do Município, por demanda da administração das secretarias da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

- **DATA DA ABERTURA:** 05/03/2018 – às 08h00min.
- **MODALIDADE DA LICITAÇÃO:** TOMADA DE PREÇOS
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MAIOR DESCONTO POR LOTE
- **UNIDADE GESTORA:** SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO; INFRAESTRUTURA; AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, CULTURA E TURISMO E GABINETE DO PREFEITO – SECRETARIA DE SAÚDE – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
- **PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** 12 (DOZE) MESES.

A Prefeitura Municipal de Ipaporanga, por intermédio da sua **Comissão de Permanente de Licitação**, nomeada pela Portaria nº 18020102, de 01 de fevereiro de 2018, torna público, para o conhecimento de todos os interessados que na data e hora supra, na sala de Licitações, localizada na Rua Franklin José Vieira, nº 02 - Centro, Ipaporanga - Ceará, em sessão pública, será realizada **TOMADA DE PREÇOS**, tipo maior desconto por lote, por regime de execução indireta: Empreitada por preço global, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 e com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas respectivas alterações e normas contidas no presente edital, cuja cópia e seus anexos estarão disponíveis aos interessados, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min horas, na Sala da Comissão de Licitação, endereço supra, ou pelos sites www.ipaporanga.ce.gov.br e www.tce.ce.gov.br/tce-municipios.

Não serão recebidas propostas e/ou documentação enviadas por via postal, fax, ou por qualquer outro meio que não o previsto neste Edital, nem entregues fora da data e horário previstos.

Integram o presente Edital os seguintes ANEXOS:

- Anexo - I - Termo de Referência;
- Anexo - II - Especificações com os locais da execução dos serviços de manutenção predial e logradouros
- Anexo - III - Minuta da Proposta;
- Anexo - IV - Minuta de Contrato;
- Anexo - V - Modelos de Declarações a serem apresentadas

1 – OBJETO

1.1 – Destina-se a presente Tomada de Preços, à escolha do melhor proponente para a licitação supra, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de reforma,

conserto e manutenção de logradouros e dos prédios públicos na Sede e Distritos do Município, por demanda da administração das secretarias da Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

1.2 – As especificações e quantitativos dos serviços estão previstos no Termo e Referência, Anexo I deste Edital.

1.3 – Ao serviços licitado, poderá ser acrescida ou reduzida nos termos do § 1º art. 65 da Lei nº 8.666/93.

1.4. – O valor estimado, para a execução do objeto da presente licitação é de R\$ 123.847,37 (cento e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) para o LOTE I e de R\$ 523.580,33 (quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e três centavos), importando o valor total de R\$ 647.427,70 (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta centavos), orçado nas tabelas unificadas da SEINFRA - TABELA DE PLANO DE SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS DE INSUMOS – 24.1 - Desonerada, disponível nos sites www.seinfra.ce.gov.br (Tabela de Custos) e www.der.ce.gov.br, por lote conforme segue.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS, DA DIVISÃO DOS LOTES E ESTIMATIVA DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO

2.1 – Os recursos do presente objeto correrão por conta da Prefeitura Municipal de Ipaporanga e onerará os recursos orçamentários e financeiros das seguintes dotações orçamentárias aprovadas para o exercício de 2018, conforme segue:

2.1.1 - LOTE I – REFORMA, CONSERTO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TODOS OS LOGRADOUROS PÚBLICOS, COMPREENDENDO RUAS, PRAÇAS, ESTRADAS VICINAIS E TERRENOS BÁLDIOS E DE TODOS OS PRÉDIOS NA SEDE, DISTRITOS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE IPORANGA.

SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
05.01.15.451.0285.2.026 – Manutenção e Recuperação de Pavimentação de Vias e Logradouros;	R\$ 123.847,37

2.1.2 - LOTE II – REFORMA, CONSERTO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS NA SEDE, DISTRITOS E TODAS AS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE IPAPORANGA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
09.03.12.361.0221.2.055 – Gestão Administrativa da Educação Básica Fundamental- 40%;	R\$ 358.000,00
09.03.12.365.0221.2.059 – Gestão Administrativa da Educação Básica Infantil - 40%;	R\$ 19.230,00
09.02.12.368.0061.2.050 – Gestão Administrativa da Secretaria de Educação.	R\$ 19.600,00

SECRETARIA DE SAUDE	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
10.02.10.122.0061.2.063 – Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde;	R\$ 10.000,00
10.02.10.301.0182.2.066 – Ações de Gestão do Programa Saúde da Família PSF;	R\$ 27.000,00
10.02.10.302.0181.2.071 – Ações de Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.	R\$ 17.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
11.02.08.122.0061.2.076 – Gestão Administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assistência Social;	R\$ 6.500,00
11.02.08.244.0141.2.080 – Ações de Gestão do Programa CRAS;	R\$ 5.000,00
11.03.08.243.0143.2.094 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;	R\$ 4.250,33

SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
05.01.15.452.0286.2.028 – Manutenção das Atividades do Mercado Público Municipal;	R\$ 8.000,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
06.01.18.122.0061.2.032 – Manutenção de Praças, Jardins e Paisagismo.	R\$ 6.000,00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
03.01.04.122.0061.2.017 – Gestão Administrativa da Sec. De Planejamento e Administração;	R\$ 8.000,00

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
07.01.13.392.0241.2.040 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública Municipal;	R\$ 5.000,00
07.01.23.695.0444.2.043 – Gestão Administrativa e Incremento do Turismo;	R\$ 5.000,00

GABINETE DO PREFEITO	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
02.01.27.122.0061.2.016 – Funcionamento da Coordenadoria de Desporto	R\$ 5.000,00

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	
DOTAÇÃO	V. ESTIMADO
13.01.17.122.0061.2.098 – Gestão Administrativa do SAAE	R\$ 20.000,00

VALOR ESTIMADO: R\$ 523.580,33 (quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e três centavos).

Elemento de despesas: 3.3.90.39.00.

3 – DO PREÇO

3.1 – O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta de preços;

3.2 – Deverão estar inclusas no preço todas as despesas necessárias para a realização dos serviços especificado no Termo de Referência – Anexo I do edital, sem ônus para a Administração.

4 – PRAZOS

4.1 – O prazo para a início da prestação de serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do dia seguinte do recebimento da Ordem de Serviço.

4.2 – O prazo para a prestação dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar do dia da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado de acordo com as conveniências da administração e de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

4.3 – O prazo de validade da proposta de no mínimo até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua entrega.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação todos os interessados inscritos no Cadastro da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, aptas a prestarem os serviços objeto da presente licitação, na forma estabelecida no § 2º, artigo 22 da Lei Nº 8.666/93, desde que se encontrem com o cadastro e a qualificação em dia.

5.2. Os interessados inscritos no Cadastro da Prefeitura e que estejam com CRC ou certidões vencidas, deverão se regularizar e se qualificar no prazo legal para participarem da presente licitação.

5.3. As empresas não inscritas ou não qualificadas poderão participar desde que se cadastrem e se qualifiquem no prazo estabelecido no art. §2º, do artigo 22, da Lei Nº 8.666/93, apresentando para tanto junto ao Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/93, através de fotocópias autenticadas ou cópias acompanhadas do respectivo original a fim de que o responsável pelo cadastro proceda à devida autenticação, sendo obrigatória a apresentação dos documentos originais por ocasião da inscrição, caso as cópias não venham autenticadas.

5.4. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e integral de todos os itens e condições previstos no presente Instrumento Convocatório, bem como, na Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada.

5.5. Não serão admitidos:

- (a) proponentes suspensos do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento;
- (b) os declarados inidôneos pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal;
- (c) os reunidos em consórcio, e
- (d) os que estiverem em regime de Concordata (Recuperação Judicial) ou Falência.

5.6. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste TOMADA DE PREÇOS, ou que tenham participado como autores do Termo de Referência da presente Licitação.

5.7. O Licitante que comparecer à sessão de abertura do procedimento licitatório através de preposto que não detenha poder de representação, deverá fornecer procuração pública, ou particular com firma reconhecida em cartório, com poderes para deliberar sobre todas as questões suscitadas no decorrer do processo, inclusive para renunciar a direitos.

6.0 – DO CADASTRO

6.1. As empresas legalmente constituídas que possuam objetivo social ou ramo de atividade (indicados no seu registro comercial, contrato social ou estatuto) pertinente e compatível com o objeto desta licitação que desejem dela participar e que não possuam Certificado de Registro Cadastral - CRC na especialidade pertinente, emitido pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, devidamente atualizado, deverão protocolar junto a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, até o terceiro dia anterior à data de abertura da licitação, a seguinte documentação endereçada à Comissão Permanente de Licitação.

6.1.1 - Da Habilitação Jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social de constituição e aditivos, ou contrato social e consolidação em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

b) O Ato Constitutivo ou Contrato Social deverão estar acompanhados de todas as alterações efetuadas. Ou ato de consolidação, estando todos registrados na Junta Comercial.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Alvará de funcionamento;

f) Cópia de documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) sócio(s).

6.1.2 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ atualizado;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio sede do licitante;

c) Comprovação de quitação para com a Fazenda Federal, através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de seu domicílio;

e) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de seu domicílio;

f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, emitida na forma da Lei nº 12.440/2011;

6.1.3 - Da Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, de sua sede, caso sua sede não seja no Estado do Ceará, a certidão deverá vir acompanhada de declaração da autoridade judiciária competente, informando o Cartório Distribuidor da sua Comarca;

6.2 - Os documentos relacionados nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, poderão ser apresentados através de fotocópias autenticadas (quando não forem retiradas pela internet);

6.3 - As Certidões que não contemplarem de forma expressa a sua validade serão consideradas como prazo de validade dos mesmos o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da sua emissão;

6.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

6.5 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e integral de todos os itens e condições previstas no presente Instrumento Convocatórias, bem como, na Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada.

6.6 - Não serão admitidos:

(a) proponentes suspensos do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento;

(b) os declarados inidôneos pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal;

(c) os reunidos em consórcio, e

(d) os que estiverem em regime de Concordata (Recuperação Judicial) ou Falência.

6.7 - Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta TOMADA DE PREÇOS, ou que tenham participado como autores do Projeto Básico da presente Licitação.

6.8 - O Licitante que comparecer à sessão de abertura do procedimento licitatório através de preposto que não detenha poder de representação, deverá fornecer procuração pública, ou particular com firma reconhecida em cartório, sendo a segunda com poderes específicos ao processo acompanhado de documento de identificação com foto, para deliberar sobre todas as questões suscitadas no decorrer do processo, inclusive para renunciar a direitos.

6.8.1 - A ausência do representante legal ou a apresentação de forma indevida da documentação que comprove a sua representação, impedirá o manifesto em sessão por parte da licitante.

7 - DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 - O Processo licitatório constará de duas fases distintas:

6.1.1 - HABILITAÇÃO

6.1.2 - PROPOSTA DE PREÇOS

7.2 - Para as fases acima aludidas, o interessado deverá apresentar a documentação exigida.

8 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1 - Os interessados que atenderem as exigências e disposições contidas neste Edital e que desejarem participar da presente licitação deverão apresentar a respectiva documentação de habilitação e de proposta na forma dos itens seguintes.

8.2 - A documentação de habilitação e da proposta será entregue no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos, opacos e lacrados, contendo em sua

parte externa e frontal as seguintes indicações:

- a) No envelope que contenha os documentos referentes à habilitação:

Envelope 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 001/18/TP-DS

[Nome do licitante: razão social ou denominação e nome fantasia, se houver]

- b) No envelope que contenha os documentos referentes à proposta:

Envelope 2 - PROPOSTA

À Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 001/18/TP-DS

[Nome do licitante: razão social ou denominação e nome fantasia, se houver]

9 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os interessados habilitar-se-ão para a presente licitação, mediante a apresentação junto Comissão de Licitação, os documentos a seguir relacionados, referente a sua **HABILITAÇÃO**, os quais serão analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade, sendo o resultado da análise divulgado na sessão do recebimento das propostas de preços.

9.2 – Da Habilitação Jurídica.

9.2.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social de constituição e aditivos, ou contrato social e consolidação em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual e suas respectivas alterações;

9.2.3 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

9.2.4 – Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto a Prefeitura Municipal de Ipaporanga /Ce;

9.2.5 – Certidão Simplificada e Específica da Junta Comercial, comprovando o registro indicando o objeto, endereço, composição de firma;

9.2.6 – Alvará de funcionamento (Art. 28-V);

9.2.7 – Cópia de Documento de Identificação com foto e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) Sócio(s) da licitante.

9.3 – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

9.3.1 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ atualizado;

9.3.2 - Cadastro Geral da Fazenda - CGF atualizado;

9.3.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio sede do licitante;

9.3.4 - Comprovação de quitação para com a Fazenda Federal, através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

9.3.5 - Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de seu domicílio;

9.3.6 - Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de seu domicílio e para com essa municipalidade;

9.3.7 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

9.3.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, emitida na forma da Lei nº 12.440/2011;

9.4 – Da Qualificação Técnica.

9.4.1 - Prova de inscrição ou registro da LICITANTE e do RESPONSÁVEL TÉCNICO indicado junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da PROPONENTE.

9.4.2 - Comprovação da PROPONENTE possuir como Responsável(is) Técnico(s) ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO que comprove a execução de obras de características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

9.4.3 - A comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico relacionado(s) acima será feita mediante cópia do contrato de trabalho com a firma reconhecida, ou da carteira Profissional e da Ficha de Registro de empregados que demonstrem a identificação do profissional, com o visto do órgão competente, por ocasião da habilitação. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA devidamente atualizada.

d) Não serão aceitos CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO ou ATESTADOS de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

9.5 – Da Qualificação Econômico-Financeira.

9.5.1 - Balanço Patrimonial, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário devidamente assinados por contabilista habilitado responsável e pelo representante da empresa autenticado pelo órgão competente;

9.5.1.1 - sociedades constituídas há menos de ano poderão participar do certame apresentando o balanço de abertura (observada a alínea a1), assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;

9.5.2 - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

9.5.3 - Garantia de 1% (Hum por cento) do valor global estimado para contratação, tendo como referencial no Termo de Referência;

9.5.3.1 - No caso de garantia em dinheiro, o depósito deverá ser feito na conta da PMI no Banco, requerendo neste caso, junto a Secretaria de Finanças a DAM para depósito, devendo ser apresentada a via original da Guia de Depósito no prazo de três dias antes da data do certame, para efeito de comprovação junto a Comissão;

9.5.3.2 - Recaindo a escolha sobre títulos da dívida pública, o mesmo deverá ser apresentado no seu original com laudo pericial e certificação pelo CMN – Conselho Monetário Nacional, bem como registrada a caução a favor do Município junto ao órgão competente, pelo prazo de validade da proposta;

9.5.3.3 - No caso de Fiança Bancária a mesma deverá ser apresentada em original junto a documentação, com o prazo de validade não inferior ao da proposta, constando informações específicas ao objeto ora licitado;

9.5.3.4 - No caso de seguro garantia a mesma deverá vir acompanhada de cópia autenticada do registro da seguradora junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e da comprovação de poderes de responsabilidade pela emissão do documento.

9.6 – Da Qualificação Trabalhista

9.6.1 - Declaração da licitante, comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

9.7 – Outros Documentos e Declarações

9.7.1 - Declaração fornecida pelo Representante Legal ou indicado pela proponente, que tomou conhecimento de todas as condições que possam orientar a elaboração completa da proposta comercial, bem como que de posse do Edital e anexos tirou todas as dúvidas com relação ao objeto, aceitando e tendo condições de executar os serviços constantes no Edital, na forma do (Art. 30 – III).

9.7.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; Declaração conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

9.8 - As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, obrigatoriamente, DECLARAÇÃO assinada por representante legal manifestando essa condição, acompanhada de ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou documento expedido pela Receita Federal, onde conste que o licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte. A não apresentação dessa declaração implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido para o certame.

9.9 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório.

9.10 - As certidões que não tiverem especificados os seus prazos de validade serão aceitas desde que emitidas com 30 (trinta) dias anteriores a data da abertura do certame.

9.11 - Todas as declarações exigidas para o a habilitação, deverão ser apresentadas com reconhecimento de firma em cartório do representante legal, sob pena de inabilitação da licitante.

9.12 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.13 - A Comissão Permanente de Licitação apreciará a documentação de habilitação entregue e efetuará sua juntada aos autos, sendo que o resultado da análise dos documentos poderá ser divulgado posteriormente em imprensa oficial.

10 – PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 - O envelope "PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter a especificação dos serviços, sua discriminação conforme o edital, contendo o respectivo desconto em algarismos e por extenso, em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso do licitante e número de telefone, devendo, suas folhas serem rubricadas e numeradas:

10.1.1 - A indicação da razão social da empresa licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para a licitante vencedora.

10.2 - Os descontos propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

10.2.1 - Os descontos propostos serão considerados de acordo com os Anexos deste Edital, expressos em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção destas condições durante o prazo de contrato.

10.3 - A validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento;

10.4 - Ocorrendo discrepância entre os descontos ofertados, prevalecerão os primeiros, devendo o Presidente proceder às correções necessárias.

10.5 - A Proposta de Preço deverá ser em forma de MAIOR DESCONTO.

10.6 - A apresentação da proposta implica reconhecimento, por parte da Licitante, de que obteve todos os esclarecimentos que julgou necessários e suficientes, não sendo admitidas alegações ou ressalvas posteriores.

10.7 - Serão nulas quaisquer declarações lançadas nas propostas que contrariem os termos deste Edital.

10.8 - Não serão permitidas propostas alternativas, ficando a Licitante na obrigação de apresentar sua proposta em total concordância com as disposições dos documentos básicos deste Edital.

11 – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 - No dia e hora estabelecidos, no preâmbulo deste edital, será feita a chamada de todos os licitantes interessados em participarem da presente licitação registrando-se as respectivas presenças em lista própria, logo em seguida, serão entregues à Comissão de Licitação os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços em envelopes lacrados, contendo, externamente, em caracteres destacados, além da razão social da

licitante, elementos que permitam identificar o conteúdo de cada envelope;

11.2 – É facultado à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

11.3 – As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, sendo que, a procuração deverá estar fora dos envelopes de habilitação e proposta de preço, não sendo permitida a participação de um mesmo representante, para mais de uma empresa, sob pena de não se considerar uma das representações e se efetuar a imediata desclassificação;

11.4 – Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B" "PROPOSTA DE PREÇOS", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à habilitação, sendo que, a Comissão de Licitação e alguns licitantes escolhidos pela Comissão de Licitação entre os representantes dos concorrentes, examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação apresentados e o fecho dos envelopes de proposta de preço e após, podendo, a sessão ser interrompida para que se proceda à análise, consulta e ou diligências da referida documentação, divulgando o resultado do julgamento dos documentos de habitação no site oficial da Prefeitura Municipal e no Portal de Licitações dos Municípios do Ceará – TCE/CE, além de imprensa oficial.

11.5 - Ocorrendo a não interrupção da sessão a divulgação do resultado de habilitação e ou inabilitação, a Comissão de Licitação procederá da seguinte forma:

11.5.1 - Quando todos os licitantes forem inabilitados, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis conforme art. 48, § 3º da Lei de Licitações para apresentação de nova documentação;

11.5.2 – Quando todos os representantes legais dos licitantes estiverem presentes a sessão e declararem expressamente que não tem intenção de recorrer do julgamento de habilitação, a sessão prosseguirá com a abertura dos envelopes de proposta de preço;

11.5.3 – Não ocorrendo às hipóteses citadas nos itens 11.5.1 e 11.5.2 será divulgado o resultado de habilitação no site oficial da Prefeitura Municipal e no Portal de Licitações dos Municípios do Ceará – TCE/CE e na imprensa oficial (União, Estado ou Município, dependendo de sua destinação) ou por comunicação direta a todos os licitantes e após deverá ser obedecido ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, ficando aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

11.5.4 – Se interposto recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.6 – Decorridos todos os prazos de recurso ou desistência expressa de recurso por parte de todos os licitantes participantes, a Comissão de Licitação marcará data, hora e local para a abertura dos envelopes das Propostas de Preços e efetuará a comunicação aos licitantes, em caso de desistência de todos do recurso, prosseguirá com a sessão e fará a abertura das propostas de preços, ficando a cargo da Comissão de Licitação a conveniência de prosseguir ou não com a sessão.

11.7 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

11.8 – A abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços dos licitantes habilitados se dará em sessão pública, previamente comunicada aos interessados, onde se fará, em voz alta, a leitura dos preços.

11.9 – As propostas serão examinadas pela Comissão de Licitação e alguns licitantes escolhidos pela Comissão de Licitação entre os representantes dos concorrentes, examinarão e rubricarão todas as folhas das Propostas de Preços apresentadas.

11.10 – Quando todos os licitantes tiverem suas propostas desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis conforme art. 48, § 3º da Lei de Licitações para apresentação de novas propostas e neste caso deverão ser reapresentadas corrigidas.

11.11 – Não ocorrendo a hipótese citada no item 11.10 será divulgado o resultado do julgamento das propostas de preços no site oficial da Prefeitura Municipal e no Portal de Licitações dos Municípios do Ceará – TCE/CE e na imprensa oficial (União, Estado ou Município, dependendo de sua destinação) ou por comunicação direta a todos os licitantes e após deverá ser obedecido ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, ficando aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

11.12 – Se interposto recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.13 – Após a adjudicação, a empresa adjudicada deverá, no prazo de 03 (três) dias corridos contados da data de convocação, comparecer à sala da comissão de licitação localizada na Rua Franklin José Vieira, nº 02 - Centro - Ipaporanga/CE, para assinar o termo de Contrato.

12 – DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 – A Comissão de Licitação considerará habilitada para participar da licitação o(s) interessado(s) que cumprir(em) o estabelecido na cláusula 9 do Edital, recusando as demais.

12.2 – Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Presidente ou por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação no ato de sua apresentação.

12.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

13 – ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 – A Comissão de Licitação examinará as propostas, excluindo as que estiverem em desacordo com este Edital.

13.2 – A presente licitação será do tipo "Maior Desconto". Em consequência, no julgamento das propostas, a Comissão de Licitação observará apenas o Maior Desconto ofertado pelas empresas habilitadas, sagrando-se vencedora a que propuser o "Maior Desconto", ressalvado o Art. 48 da Lei 8.666/93;

13.2.1 – Não serão levadas em consideração vantagens não previstas nos atos convocatórios de licitação, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

13.3 – Aberto o envelope da Proposta de Preços, serão lidos o Descontos na presença

de todos os presentes; logo após, as propostas serão vistas e rubricadas pelos Licitantes e Comissão de Licitação. Em seguida será lavrada a ata respectiva, e não havendo impugnação será feito o julgamento, classificação e adjudicação.

13.4 – Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será procedido conforme estabelece o § 2º. do Art. 3º. da Lei 8.666/93. Permanecendo o empate, será a licitação decidida pôr sorteio.

13.5 – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

13.6 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam 10% (dez por cento) superiores a proposta de menor preço.

13.7 – Feito o julgamento das propostas, o resultado será afixado divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal e no Portal de Licitações dos Municípios do Ceará – TCE/CE e na imprensa oficial (União, Estado ou Município, dependendo de sua destinação) e no Flanelógrafo Oficial da Prefeitura. Caso estejam presentes, os prepostos das Licitantes no ato em que foi adotada a decisão poderão ser feitos à comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13.8 – Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, a critério da Comissão Permanente de Licitação, simples omissões ou irregularidades formais na documentação de habilitação e proposta, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o perfeito entendimento e não comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do procedimento licitatório.

13.9 – Dos atos pertinentes ao presente procedimento licitatório cabem recursos, representação e pedido de reconsideração, conforme previsto no Art. 109 da Lei 8.666/93.

14 – DO CONTRATO

14.1 – A contratação decorrente dessa licitação será formalizada mediante a celebração de Termo de Contrato, cuja respectiva minuta constitui o Anexo III do presente ato convocatório.

14.1.1 – Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.1.2 – Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação que trata o subitem 14.1.1 deste item 14, mediante apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2 - Caso o PROPONENTE VENCEDOR seja microempresa ou empresa de pequeno porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, a regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura do contrato.

14.3 - Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de certidão negativa.

14.4 - A não regularização da documentação no prazo acima estipulado, implicará na decadência do direito a contratação pela microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas no edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.5 - Havendo recusa na assinatura do Contrato, é facultado à Contratante, independentemente da aplicação das sanções administrativas ao licitante faltoso, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.6 - O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as conveniências da administração e de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

15 - DA FISCALIZAÇÃO.

15.1 - A fiscalização dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

15.1.1 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato.

15.1.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93)

15.1.3 - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

16 - DA ALTERAÇÃO E REAJUSTES DO CONTRATO.

16.1 - Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo artigo 65 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, após a devida justificativa administrativa.

§ 1º: Os reajustes serão realizados após um ano da contratação, devidamente justificados, aplicando-se sempre o índice oficial da variação de preços, o IGPM-FGV.

§ 2º: O Equilíbrio econômico financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação do contratado devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

17 - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

17.1 – Os serviços de manutenção predial corretiva, sob demanda serão executados nas dependências da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, Escolas de Ensino Fundamental, Creches do Município bem como em Escolas e Creches conveniadas de associações ou privadas sob sua administração, **SECRETARIA DE SAÚDE** e suas respectivas Unidades, **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASSISTÊNCIA SOCIAL** e suas respectivas Unidades, **SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA** e suas Unidades, vias e logradouros, **SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS** e suas Unidades, **SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO** e suas Unidades, **GABINETE DO PREFEITO** e suas Unidades e SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto e suas Unidades, com o fornecimento de peças e materiais necessários ao pleno funcionamento, e mão de obra nas funções constantes nas tabelas unificadas da SEINFRA- TABELA DE PLANO DE SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS DE INSUMOS.

17.2 - O contratado(a) deverá ficar à disposição da Prefeitura Municipal Ipaporanga - Ceará, ficando a cargo da CONTRATADA todos os impostos, taxas, tarifas, e obrigações tributárias ou trabalhistas incidentes

17.3 - O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, de acordo com as Conveniências da Prefeitura Municipal e de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

18 – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

18.1 – Os serviços deverão ser executados de acordo com o item 17.1, acompanhado pelos demais servidores da Prefeitura Municipal.

18.2 - A licitante vencedora ficará obrigada a prestar os serviços nas dependências do Município, correndo às suas expensas os deslocamentos necessários à consecução dos serviços.

18.3 - A Contratada deverá se apresentar para iniciar a prestação dos serviços em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços emitido pela Contratante, devendo estes serem realizados junto a Comissão Permanente de Licitação por profissional comprovadamente qualificado, mantendo-se presente de terça a sexta feira, afim de que os serviços sejam prestados com eficiência

19 – DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento da mão de obra corretiva será efetuado por medições e pelas respectivas Secretarias/ Unidades Financeiras solicitantes dos serviços, assim como o pagamento dos materiais e peças utilizadas na manutenção corretiva, quando estes forem demandados, discriminando na Nota Fiscal/Fatura os serviços efetivamente executados e os materiais e peças utilizadas no mês anterior, devendo esta discriminação ser devidamente aceita e atestada pelo fiscal do contrato.

19.1.1. A empresa CONTRATADA deverá discriminar separadamente nas Notas fiscais/fatura os valores dos serviços de mão de obra e das peças, materiais e componentes efetivamente substituídos nos serviços, para fins de pagamento.

19.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura, referente ao mês de execução do serviço, devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, preferencialmente no Banco do Brasil S.A.

19.2.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

19.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

19.5. As secretarias e Unidades Financeiras Contratantes reservam-se o direito o direito de suspender os pagamentos e os fornecimentos e os serviços prestados se estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência do Edital.

19.5.1. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para as Secretarias e Unidades financeiras contratantes, e que não tenham sido autorizados por meio de OS, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

19.6. Serão descontados da fatura os valores decorrentes de indenizações e/ou de multas eventualmente registradas.

19.7. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

19.7.1. Documentação relativa à certidões de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

19.8 – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento total ou parcial de suas obrigações, às sanções dos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, especialmente advertência, suspensão temporária de participação em licitações, e às multas a seguir descritas, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidades civis e criminais:

- a) Advertência.
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.
- c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do contrato.
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de: atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

20.2 – O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura comunicará à CONTRATADA.

20.3 – Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

20.4 – Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura pelo infrator:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar. De contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.5 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

21 – RESCISÃO

21.1 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos termos do Art. 78, incisos I à XVII da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações subsequentes.

22 – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. - Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

22.2 - É facultado ao presidente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

22.3 – As Licitantes deverão cumprir rigorosamente as recomendações do presente Edital, uma vez que a inobservância de qualquer dispositivo dele constante poderá constituir motivo de desclassificação.

22.4 – A Contratada é responsável, no que diz respeito ao objeto, pelo cumprimento das leis federais, estaduais e das posturas e deliberações municipais, bem como pelas normas estabelecidas pelas concessionárias de serviços públicos.

22.5 – Decairá do direito de impugnar, perante a Administração os termos do Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha apontar depois da abertura dos Envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades, que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (parágrafo 2º. do Art. 41 da Lei 8.666/93).

22.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dia e horário de expediente na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

22.7 – Os Envelopes apresentados depois da hora estabelecida não serão aceitos.

22.8 – O objeto do contrato a que se refere a presente licitação poderá ser alterado nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93.

22.9 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.11 - O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) não poderá ser superior a 20% do serviço já aplicado o desconto.

22.12 – Independentemente de sua transcrição, farão parte do contrato todas as condições estabelecidas no presente Edital e, no que couber, na proposta comercial da licitante vencedora.

22.12 – Os Licitantes que desejarem esclarecimentos acerca do instrumento convocatório poderão obtê-los, na Comissão de Licitação, à Rua Franklin José Vieira, nº 02 - Centro – Ipaporanga - Ceará, no horário de 07h00min às 13h00min horas.

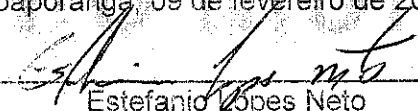
22.13 – A Administração se reserva o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito aos licitantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

22.14 – A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos decorrentes.

22.15 – Os casos omissos da presente Tomada de Preços serão solucionados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

22.16 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ipaporanga-Estado do Ceará.

ipaporanga, 09 de fevereiro de 2018.


Estefanio Lopes Neto
Presidente da CPL.